

Mulheres jornalistas: em busca de espaço exclusivo ou excludente?¹

Paula Silveira-Barbosa²
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Resumo

Este trabalho, de caráter exploratório, analisa como discursos transexcludentes circulam em mídias feministas contemporâneas, a partir do caso do Instituto Mulheres Jornalistas. A partir da análise de discurso de três artigos publicados em março de 2025, busca-se investigar contradições em veículos de comunicação feministas e com perspectiva de gênero. Para isso, o trabalho deve revisitar a trajetória de publicações do segmento e discutir o cenário atual a partir do portal supracitado. Como resultado, espera-se obter dados preliminares de uma investigação mais ampla sobre como espaços exclusivos para mulheres têm se tornado excludentes no contexto midiático, particularmente o de comunicação feminista.

Palavra-chave: mulheres jornalistas, imprensa feminista, jornalismo com perspectiva de gênero, feminismo transexcludente, análise do discurso francesa

Introdução

Há algum tempo, mulheres, de variados grupos sociais, têm reivindicado espaço midiático – seja a partir do protagonismo na produção de jornais, na abordagem de assuntos que as tocam diretamente ou mesmo na adoção da perspectiva de gênero, aplicada de modo transversal em toda a produção jornalística (Woitowicz, 2019). No contexto brasileiro, essa disputa encontra registros pelo menos desde o século XIX, quando os primeiros periódicos de ou para mulheres foram editados, com o objetivo de discutir a vida doméstica, a ampliação do direito à educação e ao voto, assim como outras formas de participação política. O jornal *O Sexo Feminino* (1889), assim como o *Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (1934) são exemplos que evidenciam essa questão (Duarte, 2016).

Já em meados do século XX, novos títulos entrarão em circulação, como resultado da conquista de outros perfis de mulheres – como negras e trabalhadoras no geral – dentro dos próprios movimentos feministas, a exemplo do jornal *Fêmea* (Cardoso, 2004). Nesse período, a articulação entre movimentos sociais se tornou mais evidente, sobretudo durante o período da ditadura militar, quando qualquer grupo de perspectiva progressista,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Alteridade e Diversidade, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação Social, na linha de Textualidades Midiáticas, e pesquisadora do Grupo de Estudos em Lesbianidades (GEL/UFMG). Bolsista Capes/ Proex. E-mail: paulasb@ufmg.br.

independentemente de seu foco temático, visava o fim do regime autoritário (Chinem, 2004).

Da redemocratização para cá, jornalistas com perspectiva de gênero têm buscado fundamentalmente atuar no combate à violência doméstica e na defesa de direitos sexuais e reprodutivos (Woitowicz, 2010). E, mais recentemente, com o avanço da extrema-direita, atuam também no enfrentamento à violência política de gênero (Popadiuk, 2023).

Diante desse breve histórico, que aponta para uma ampliação das perspectivas feministas, em atenção à pluralidade de experiências, tenho observado com estranhamento o surgimento de sites, blogs e perfis em mídias sociais que valorizam uma perspectiva essencialista de gênero e das mulheridades.

Este não é um fenômeno tão novo, mas vem ganhando fôlego na atualidade, a partir de articulações internacionais, que envolvem até mesmo apoio político e financeiro de instituições cristãs e de extrema-direita (Corrêa; Rodrigues, 2023). Constatação, no mínimo, contraditória para um movimento, que em suas variadas vertentes, tende a se orientar ao lado de forças progressistas, rejeitando essencialismos, pois é neles que se assenta a subalternização das mulheres e de outras minorias políticas, como pessoas negras (Coletivo Combahee River, 2019).

Acrescento, ainda, que essas posições não acompanham o acumulado dos Estudos Feministas e de Gênero, que tem avançado na superação de perspectivas binárias e pretensamente biológicas do sexo e evidenciado que este só é mantido a partir de repetições incutidas no cotidiano social (Butler, 2022).

Um exemplo recente dessa problemática é o Instituto Mulheres Jornalistas, que pelo menos desde o início de 2025 tem publicado artigos que não apenas reiteram uma visão normativa de gênero, mas também ecoam perspectivas transexcludentes. Fundado em 2017, a entidade se apresenta como “uma instituição coletiva que defende a igualdade de gênero, o empoderamento e a representatividade das mulheres na sociedade em geral e especialmente no ambiente jornalístico” (Instituto Mulheres Jornalistas, online, s. d).

Ainda na seção de apresentação de seu site, a entidade afirma trabalhar de “forma ética e profissional” – o que pode ser questionado se analisarmos o conteúdo de suas publicações, sobretudo no âmbito das mídias sociais, em que tem se tornado comum a publicação de cortes audiovisuais fora de contexto, além de comentários vexatórios, que são posteriormente compartilhados como stories no Instagram.

Tais fatos sugerem que há um descompasso entre discurso institucional e prática cotidiana e ensejam reflexões como: quais os sentidos do jornalismo feminista ou com perspectiva de gênero na atualidade? Qual seu horizonte político? Em que contribui para os desafios atuais, que incluem uma ofensiva contra movimentos progressistas?

Percurso teórico-metodológico

A fim de esboçar uma resposta inicial a essas questões, proponho uma análise de discurso de linha francesa (Benetti, 2007) dos artigos publicados em março de 2025, a respeito das pessoas trans, em um intervalo de poucos dias – 14, 18 e 19 do referido mês. São eles: “Ser uma pessoa trans: impactos na saúde psicológica e hormonal”, “Amamentação é um direito das crianças, não das mulheres trans” e “Aqui jaz o jornalismo”.

Numa primeira aproximação, parece-me que esses são os textos sobre os quais mais se discutiu as questões trans ao longo da existência do veículo, além de terem sido, intencionalmente ou não, publicados no mês em que se celebra – e se discute – a luta internacional das mulheres. Como resultado, espero, além de obter inferências para as questões colocadas, identificar as maneiras pelas quais espaços feministas têm se tornado excludentes no contexto midiático, particularmente o do jornalismo com perspectiva de gênero.

A escolha da AD para o desenvolvimento da proposta alinha-se ao entendimento da notícia como parte do processo de construção social da realidade, impactada por fatores variados. Não se trata, é importante destacar, de uma perspectiva que vilaniza órgãos de imprensa e seus profissionais, mas que compreende que suas produções dependem das condições para a execução da pauta, do conhecimento do jornalista a respeito do tema, da linha editorial do meio de comunicação no qual está inserido, da perspectiva do editor, da ética profissional, assim como do tempo e do espaço disponibilizados para veiculação – apenas para citar alguns fatores (Tuchman, 1980).

De maneira mais contemporânea, essa perspectiva teórica tem sido atualizada a partir do reconhecimento do jornalismo, assim como seus profissionais, não apenas como parte do processo de construção da realidade, mas também como instituição informada e constituída por ela (Veiga da Silva, 2010). Dessa forma, não se pode considerar o texto jornalístico e sua linguagem como reflexos perfeitos da realidade. “A linguagem não é transparente, e sim opaca, pois seu funcionamento não é evidente para os sujeitos que a

utilizam. Ao contrário, seu funcionamento é profundamente complexo, ideológico e enraizado na história”, como sublinha Benetti (2016, p. 239). Daí a importância de mergulharmos além da camada mais evidente do texto, a discursiva, chegando até a camada ideológica, que emerge quando aplicamos o método da AD, se quisermos obter uma compreensão mais completa sobre os sentidos de um discurso.

Análise e discussão

Para fins didáticos e para obedecer aos limites de formato deste texto, discutirei cada artigo à luz de apenas uma das três formações discursivas identificadas na análise do todo. No entanto, isso não significa que tais formações não apareçam de maneira simultânea em mais de um artigo, mas somente que cada um deles conta com uma formação discursiva mais explícita do que outras.

O primeiro artigo publicado e destacado para este estudo refere-se à apresentação de uma grande reportagem, em vídeo, sobre impactos associados ao processo de transição de gênero. Além de servir de introdução à matéria, o texto, que não é assinado, parece introduzir a abordagem do debate no portal Mulheres Jornalistas, uma vez que matérias mais aprofundadas sobre o tema não eram comuns até então. Dessa forma, nota-se um esforço para produzir um texto didático e, ao mesmo tempo, posicionar a instituição em relação à transgeneridade.

Nesse contexto, evidencia-se a formação discursiva 1 (FD1), que classifiquei como “medicalização”. Nela, estão incutidas sequências que apontam para a transgeneridade como uma questão de saúde, ainda que seja feito um aceno às experiências subjetivas de cada indivíduo que vivencia o processo.

TV MJ – Ser uma pessoa trans: **Impactos na saúde psicológica e hormonal**

Entre a identidade e a **saúde**: vivências trans, **desafios hormonais e impactos psicológicos**

Nesta reportagem, conversamos com **endocrinologistas, psicólogos** e pessoas trans para entender as realidades da transição, os **desafios enfrentados com a hormonização** e os **impactos psicológicos** desse processo. A partir das experiências de um homem e uma mulher trans, trazemos um olhar profundo sobre a jornada de afirmação de gênero, os **obstáculos no acesso à saúde e as consequências**, tanto positivas quanto desafiadoras, da transição (Mulheres Jornalistas, 14 mar. 25, online, grifos meus).

A perspectiva apresentada sugere que o processo de transição pode estar em conflito com o bem-estar individual, além de reforçar o papel de agentes externos como fiadores de uma identidade pessoal. É o que se pode inferir a partir da insistência em mencionar os impactos na saúde, bem como no acionamento de profissionais do campo, que são, inclusive, nomeados à frente dos principais protagonistas do processo de transição de gênero: as pessoas trans.

Apesar disso, é importante contemporizar essa constatação, lembrando que até 2018 a transgeneridade permanecia como transtorno mental na classificação internacional de doenças (CID). E, mesmo após a mudança, ela continua associada à CID, mas como “incongruência de gênero”, na seção de “condições relacionadas à saúde sexual”. Dessa forma, apesar de ativistas e pesquisadores, sobretudo aqueles vinculados à crítica queer, indicarem que a transição se refere fundamentalmente à liberdade de autodeterminação, a tutela médica e científica permanece. E, muitas vezes, recorrer a ela é determinante para que o indivíduo em questão tenha direito à uma vida plenamente vivível (Butler, 2022).

Já no artigo seguinte, “Amamentação é um direito das crianças, não das mulheres trans”, o Mulheres Jornalistas sobe o tom e opta por um embate mais direto contra o que chama de “transativismo”. O texto é uma espécie de resposta ao podcast Prato Cheio, d’ O Joio e O Trigo – uma mídia jornalística especializada em alimentação³. Em 2024, o grupo publicou um episódio intitulado “Quem pode dar o peito?”, em que aborda a amamentação por pessoas trans⁴.

O texto, que é assinado por Regina Fiore, inicia com uma crítica ao que considera como deslocamento indevido em relação ao debate da amamentação. Dessa forma, propõe-se um destaque sobre a importância do leite materno para a nutrição do bebê, além de serem enumerados argumentos contrários ao aleitamento oferecido por pessoas trans, sobretudo por mulheres trans. Para levar adiante a proposta, a principal estratégia mobilizada no texto é o da desqualificação, que aqui chamo de formação discursiva 2 (FD 2).

Na análise, o que fica evidente não é o retorno das crianças ao centro da pauta da amamentação, mas a minorização de existências, demandas e organizações trans. Essa

³ <https://ojoioeotrigo.com.br/>. Acesso em 7 jul. 2025.

⁴ Episódio disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2024/02/quem-pode-dar-o-peito/>. Acesso em 7 jul. 25.

perspectiva se apresenta tanto no texto da jornalista, como nas declarações dos entrevistados escolhidos, que se colocam no debate público de forma abertamente contrária ao movimento trans. São eles: Mateus da Silva Sousa, da página “Cria de fato”⁵ e Denise Vieira Furtado de Garcia e Castro, do Instituto MATRIA⁶. Destaco abaixo um excerto da observação que corroboram o entendimento.

Denise Vieira Furtado de Garcia e Castro, 44 anos, mãe, bacharel em direito, diretora do Instituto MATRIA (Mulheres Associadas, Mães e Trabalhadoras do Brasil), em uma entrevista exclusiva para o Instituto Mulheres Jornalistas, afirma: **“O movimento transativista é uma agenda de apagamento da mulher e redução da mulher e as suas funções biológicas. [...]”**

A galactorreia [produção de leite por não gestante], por ser fruto de uma indução hormonal contínua e exógena – ou seja, não são hormônios produzidos pelo próprio corpo, **não é produzida em quantidades adequadas para alimentar as crianças. [...]**

“O único objetivo da amamentação é prover saúde e alimentação de alta qualidade a bebês recém nascidos. **Não se trata de um direito de adultos, sob pena dos bebês serem usados para emular um fetiche. Em última análise, isso pode ser considerado, inclusive, abuso infantil**”, finaliza a diretora do Instituto MATRIA (Mulheres Jornalistas, 18 mar. 2025, online, grifos meus).

Ao contrário do que é indicado pela entrevistada, no primeiro trecho destacado, o surgimento do movimento trans está relacionado à afirmação de identidades que destoam das percepções hegemônicas de gênero. Trata-se, fundamentalmente, da defesa da autodeterminação, e não de uma organização para atacar outras identidades e sujeitos. Tanto é que, historicamente, as demandas do ativismo trans estão relacionadas ao direito ao nome social, acesso a políticas de saúde e medidas que garantam educação qualificada e empregabilidade (Stryker, 2008).

No tópico sobre a produção induzida de leite, não é apresentada nenhuma fonte que confira credibilidade à afirmação feita. Além disso, o apontamento, que se insere numa espécie de disputa narrativa em relação ao podcast Prato Cheio, desconsidera o fato de que as pessoas entrevistadas para o podcast exerceram a amamentação junto de seus parceiros ou com suporte de fórmulas. No programa, o que se quis defender não foi a autossuficiência do leite materno produzido por pessoas trans para a nutrição de uma

⁵ <https://www.instagram.com/criadefato>. Acesso em 6 jul. 2025.

⁶ <https://www.associacaomatria.com/>. Acesso em 7 jul 2025.

criança. Na verdade, tratou-se de reafirmar a dimensão afetiva da amamentação na construção de laços parentais, particularmente quando o processo envolve pais e mães trans.

Já no encerramento da matéria, a tônica do embate fica ainda mais clara, quando se coloca a afirmação de uma entrevistada que equipara o processo de amamentação por pessoas trans como um fetiche e sugere-se que a prática pode ser considerada como “abuso infantil”. O fato de essa ser a última fala do texto, não havendo nenhuma contradição ou algo do gênero, indica que a perspectiva da jornalista e do veículo coincide com a da entrevistada e aponta que as experiências de pessoas trans, quando associadas à parentalidade, são análogas a crimes contra menores.

Finalmente, o último artigo destacado para esta análise refere-se a um editorial, que aborda a repercussão do material publicado anteriormente. Em “Aqui jaz o jornalismo”, de Letícia Fagundes, diretora do Mulheres Jornalistas, a proposta apresentada é a de denunciar práticas consideradas persecutórias, bem como o suposto silenciamento de abordagens e atores “que ousam desafiar determinados dogmas contemporâneos”, nas palavras da autora (Mulheres Jornalistas, 19 mar. 2025, online).

No editorial, são elencados xingamentos que o instituto e suas articulistas teriam recebido nas redes sociais. Pelo fato de o instituto ter tratado de um tema considerado tabu e de muitas das ofensas serem associadas a questões de gênero, a autora classifica o ocorrido como ataque misógino. Contudo, em que pese o caráter evidentemente machista de expressões como “burras”, “desequilibradas” e “vagabundas”, não se pode negar o tratamento, no mínimo, problemático destinado às pessoas trans nas pautas do instituto – como procurei evidenciar ao discutir sobre as FDs 1 e 2.

Ao observar esse último artigo, identifiquei mais uma formação discursiva, que classifiquei como “perseguição”. Para trabalhar seu argumento, a autora recorre a afirmações distorcidas do ponto de vista histórico e simbólico e que deixam entrever uma tentativa de sensibilizar o público por meio da emoção.

A maternidade jamais foi tratada pelas mulheres como um sonho pessoal, e a amamentação nunca esteve vinculada a uma realização subjetiva, mas sim à função biológica fundamental de alimentar um bebê. No entanto, essa questão foi sequestrada por uma ideologia que distorce a realidade e inverte prioridades. [...]

O massacre do Charlie Hebdo, em 2015, deixou uma cicatriz profunda na história do jornalismo. O atentado, que resultou na

morte de 12 pessoas e feriu outras 11 dentro da redação da revista satírica em Paris, foi um marco trágico que evidenciou o preço da liberdade de expressão em um mundo cada vez mais intolerante. O ataque foi perpetrado por aqueles que buscavam vingança em nome de um profeta, **silenciando vozes críticas com tiros e sangue**. Mas hoje, a vingança assume uma nova roupagem: não mais através de armas de fogo, mas da **destruição reputacional, do assédio digital e da supressão sistemática de vozes dissidentes** (Mulheres Jornalistas, 19 mar. 2025, online, grifos meus).

Desde que a estrutura patriarcal se instalou como organização social hegemônica, a maternidade tem sido imposta para as mulheres de modo sistemático. Quando o processo não ocorre, questiona-se, inclusive a sua integridade como sujeito, já que se espera que assim como a heterossexualidade e o casamento, a maternidade esteja intrinsecamente vinculada à existência das mulheres (Rich, 2010).

Essa imposição é propagandeada tão intensamente, até chegarmos ao ponto de as próprias mulheres internalizarem a vontade de procriar como algo fundante de sua existência. Tanto é que parte relevante do trabalho do movimento feminista tem sido conscientizar as mulheres sobre a plenitude de suas existências individuais, para além da maternidade. De forma que, ao contrário do que diz o editorial supracitado, a maternidade foi – e continua sendo – frequentemente tratada por mulheres como sonho pessoal. E mais: não apenas de afirmação de seu gênero, mas também de sua própria razão de existir.

No que se refere ao ataque ocorrido em 2015, na França, chama atenção o apelo emocional. Parece-me que se ao ser confrontado com a animosidade que as próprias publicações do veículo ensejam, o instituto recorre à uma retórica de vitimização. E, para alcançar maior capilaridade e obter convencimento, busca-se assemelhar um ataque armado, com vítimas fatais, a comentários depreciativos na internet. Estes, por mais ofensivos à honra e à reputação de alguém, certamente não podem se comparar a uma ação sangrenta em que as vítimas não contavam com qualquer chance de defesa.

Considerações preliminares

Neste estudo, de caráter exploratório e que representa uma primeira aproximação do Instituto Mulheres Jornalistas, foram evidenciadas algumas das formas pelas quais o jornalismo com perspectiva de gênero tem fomentado e reproduzido perspectivas transexcludentes.

Com o uso da AD de linha francesa, foram identificadas três formações discursivas principais para o tratamento da transgeneridade: medicalização, desqualificação e perseguição. Combinadas, elas desvelam uma percepção estigmatizante sobre pessoas trans, além de evidenciarem uma contradição entre o discurso institucional que aponta para a defesa da ética, do profissionalismo e da defesa da igualdade de gênero, com a prática profissional – que se materializa na produção e reprodução de preconceitos contra pessoas trans.

Embora preliminares, esses resultados já evidenciam uma reatualização de fronteiras de exclusão, seja no campo do feminismo, seja no campo do jornalismo. De posse dessas constatações, espero contribuir para reflexões mais amplas sobre os desafios e responsabilidades do jornalismo feminista contemporâneo.

Referências

- BENETTI, M. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (org.). **Metodologias de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 107-121.
- BENETTI, M. Análise do Discurso como método de pesquisa em Comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Immacolata Vasallo de (org.). **Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p. 235-256.
- BUTLER, J. **Desfazendo gênero**. Tradução de Victor Galdino et al. São Paulo: Unesp, 2022.
- CARDOSO, E. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Estudos Feministas**, v. 12, n. especial, p. 37-55, 2004.
- COLETIVO COMBAHEE RIVER. Manifesto do Coletivo Combahee River. Tradução de Stefania Pereira e Letícia Simões Gomes. **Plural**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 197-207, 2019.
- CÔRREA, S.; RODRIGUES, C. Apresentando “Terfs, movimentos críticos de gênero feministas pós-fascistas. **Cadernos Pagu**, n. 68, p. 2-25, 2023.
- CHINEM, R. **Jornalismo de guerrilha**: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet. São Paulo: Disal, 2004.
- DUARTE, C. L. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: século XIX. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- INSTITUTO MULHERES JORNALISTAS. **Amamentação é um direito das crianças, não das mulheres trans**. 18 mar. 2025. Disponível em: <https://mulheresjornalistas.com/amamentacao-e-um-direito-das-criancas-nao-das-mulheres-trans/>. Acesso em: 07 jul. 2025.
- INSTITUTO MULHERES JORNALISTAS. **Aqui jaz o jornalismo**. 19 mar. 2025. Disponível em: <https://mulheresjornalistas.com/aqui-jaz-o-jornalismo/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

INSTITUTO MULHERES JORNALISTAS. **Quem somos**, s. d. Disponível em <https://mulheresjornalistas.com/quemsomos/>. Acesso em 3 jun. 2024.

INSTITUTO MULHERES JORNALISTAS. **TV MJ – Ser uma pessoa trans: impactos na saúde psicológica e hormonal**. 14 mar. 2025. Disponível em: <https://mulheresjornalistas.com/tv-mj-ser-uma-pessoa-trans-impactos-na-saude-psicologica-e-hormonal/>. Acesso em: 07 jul. 2025.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010.

STRYKER, Susan. **Transgender History**. Berkley: Seal Studies, 2008.

POPADIUK, B. M. **Jornalismo com perspectiva de gênero e eleições 2018**: análise das coberturas jornalísticas dos portais Catarinas, Gênero e Número e Revista Azmina. Orientadora: Daiane Bertasso. 2023. 144 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

TUCHMAN, Gaye. **Making news**: a study in the construction of reality. New York: Free Press, 1980.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

WOITOWICZ, K. J. **Dizeres e fazeres feministas**: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa. Orientadora: Joana Maria Pedro. Florianópolis: UFSC, 2010. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

WOITOWICZ, K. J. **Periodismo alternativo y militancia feminista**: Experiencias de portales digitales con enfoque de género en Ecuador. Quito: Ciespal, 2019.